

A *Cronaca di Partenope* e o Reino de Nápoles: contribuições da e para a historiografia brasileira no século XXI

The Cronaca di Partenope and the Kingdom of Naples: Contributions of and to Brazilian historiography in the 21st century

Igor Salomão Teixeira*

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre aspectos da historiografia medievalística brasileira no século XXI e propõe uma análise do Ms. Italien 301 *Cronaca di Partenope* (ou P₂). Esse manuscrito apresenta a primeira narrativa, escrita em vernáculo entre 1350 e 1390, sobre Nápoles. Parte-se desta questão: “Em que este estudo pode contribuir para os estudos medievais no Brasil?”. Também são abordadas discussões sobre o acesso digital ao manuscrito e as habilidades necessárias para a análise. As conclusões apontam que em dossiês temáticos publicados no Brasil entre 2012 e 2015 predominam temas como poderes, tensões políticas e suas ramificações. Assim, as contribuições deste estudo apontam para uma expansão da compreensão da história da Península Itálica e para reflexões sobre os instrumentos de trabalho e uma crítica sobre as formas de acesso à documentação.

Palavras-chave: *Cronaca di Partenope*; século XIV; historiografia brasileira.

ABSTRACT

This article reflects on aspects of Brazilian medieval historiography in the twenty-first century and proposes an analysis of Ms. Italien 301 *Cronaca di Partenope* (or P₂). This manuscript presents the first narrative about Naples written in the vernacular between 1350 and 1390. It starts with the question: “How can this study contribute to medieval studies in Brazil?” Also mentioned are discussions about digital access to the manuscript and the skills necessary to analyze it. The conclusions show that in thematic dossiers published in Brazil between 2012 and 2015 themes such as power, political tensions, and their ramifications predominate. The contributions of this study point to an expansion of the understanding of the history of the Italian Peninsula and to reflections about tools and criticism of forms of access to documentation.

Keywords: *Cronaca di Partenope*; Fourteenth Century; Brazilian Historiography.

* Departamento e Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil. teixeira.igor@gmail.com

Este artigo está inserido na forma como medievalistas brasileiros têm relacionado o político e o literário em pesquisas recentes. Segundo Almeida e Cândido da Silva, trata-se de estudar o poder a partir da base dos laços sociais, e isso inclui analisar “a dimensão política das fontes literárias”.¹ No artigo publicado em 2014 nas *Mélanges de l'École française de Rome* os autores fizeram um extenso levantamento sobre a fundação de grupos e laboratórios de pesquisa bem como sobre a produção bibliográfica resultante do intenso processo de formação de doutores na área dos estudos medievais no Brasil entre 2004 e 2014 (Almeida; Cândido da Silva, 2014). Mas o que efetivamente se pode chamar de “fontes literárias” na Idade Média e, mais ainda, como situar um documento como a *Cronaca di Partenope* nessa classificação?

Para responder a essa questão optou-se por uma estratégia que pode ser dividida em dois caminhos: o primeiro visa dialogar diretamente com a proposta do dossiê *Perspectivas e desafios da História Medieval no Brasil*. A partir de uma análise de dossiês temáticos em periódicos de referência na área de história pretende-se analisar como medievalistas brasileiros, entre 2012 e 2015, expuseram a construção de seus objetos de pesquisa e seus referenciais para analisar “a dimensão política das fontes literárias”. Espera-se que esse caminho forneça elementos para caracterizar a produção historiográfica brasileira. Essa historiografia apresenta questões instigantes para a análise de documentos do período medieval.

A bibliografia selecionada será cotejada com uma análise de um dos manuscritos da *Cronaca di Partenope*, disponível *on-line* no portal Gallica da Biblioteca Nacional da França. A *Cronaca*, de autoria de Bartholomeo Caracciolo-Carafa, consiste em uma narrativa que abarca da Antiguidade ao presente do autor. É a primeira obra em vernáculo sobre Nápoles e foi escrita por volta de 1350.²

Este é o outro caminho deste artigo: analisar características inerentes à pesquisa contemporânea em história medieval, o que inclui problematizar o acesso digital ao manuscrito. Esse acesso impõe quais habilidades ao pesquisador? O que a *Cronaca* explica sobre o Reino de Nápoles no século XIV? Em que este estudo pode contribuir para os estudos medievais no Brasil?

Esses procedimentos de análise – e isso é importante ressaltar – não foram construídos com o objetivo de separar a historiografia brasileira do que é produzido fora do Brasil. O que se pretende é contribuir para este objetivo: estimular a leitura da produção nacional e apontar para futuros projetos a partir de problemas de pesquisa legitimamente elaborados.

O recorte bibliográfico proposto contempla os seguintes periódicos/dossiês: *Revista Brasileira de História/Igreja e Estado* (2012); *Anos 90/O universo normativo e relações de poder na Idade Média: doutrinas, regras, leis e resoluções de conflitos entre os séculos V e XV* (2013); *Territórios & Fronteiras/As faces do monaquismo ocidental* (2014); *Varia Historia/Por uma nova história da Igreja medieval* (2015); *Revista Signum/Novas paisagens teóricas e metodológicas nos Estudos Medievais contemporâneos* (2015). Todas essas revistas têm o mérito de disponibilizar gratuitamente seus conteúdos *on-line* e são bem avaliadas no Qualis/Capes. Felizmente, a produção medievalística brasileira não está restrita a esses periódicos e dossiês. Outros levantamentos são possíveis considerando revistas gratuitas e *on-line*, como *Diálogos Mediterrânicos* (UFPR), *Acta Scientiarum Educação* (UEM) e *Brathair* (UEMA), para citar alguns exemplos.

QUAIS DOCUMENTOS, QUAIS PODERES, QUAIS LITERATURAS?

Considerando apenas os/as historiadores/as brasileiros/as que publicaram nos dossiês citados, o *corpus* bibliográfico é composto por um total de 19 artigos. É importante considerar que o dossiê Igreja e Estado, da RBH de 2012, não foi dedicado exclusivamente à Idade Média, embora contenha dois textos sobre a temática. Além disso, nos cinco dossiês é perceptível uma diversidade institucional que corrobora o argumento de Almeida e Cândido da Silva (2014): dos 19 textos, 14 representam autores/as de Instituições de Ensino Superior (Estaduais e Federais) de praticamente todas as regiões do Brasil. É perceptível a inserção dos doutores formados nos últimos 10 anos em diálogo com doutores formados nos anos 1990. Além disso, a internacionalização também é constatada. Os dossiês selecionados para análise contam com 10 artigos de pesquisadores não brasileiros (traduzidos e/ou em seus idiomas originais, como o espanhol e o francês).

Considerando, ainda, o recorte cronológico proposto para este artigo – denominado genericamente de “séculos finais” da Idade Média –, nem todos os 19 textos publicados naqueles dossiês contemplam a mesma escolha. Por esse motivo, a presente proposta também não propõe uma descrição exaustiva dos 19 artigos.

O interesse recai em analisar elementos identificados por Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva como “dados extratextuais e textuais” dos documentos

com os quais trabalham ou trabalharam historiadores/as brasileiros/as. Essa autora – que assina o artigo “Uma proposta de leitura histórica de fontes textuais em pesquisas qualitativas”, publicado no dossiê da *Signum* – aborda uma das etapas da operação historiográfica – a do levantamento de dados. Além disso, aborda a busca pela “circunstância imediata” de produção do documento analisado, com quem esse documento dialoga, ou seja, seu público alvo/idealizado. Segundo a autora, o/a historiador/a deve se preocupar com os seguintes passos: o foco em um tema, a atenção nas palavras que constam no documento e que estão relacionadas ao tema, a argumentação e os elementos narrativos (Frazão da Silva, 2015, p.131-153).

Essas preocupações ou os passos dados na pesquisa empírica são perceptíveis na historiografia de modo geral. O poder é o foco de análise na maior parte dos artigos publicados no número da revista *Anos 90*. A proposta do dossiê é analisar o universo normativo e relações de poder na Idade Média. Nesse aspecto, os textos ali reunidos não necessariamente estão preocupados com a construção argumentativa de legitimação de algum poder, mas sim, com a maneira como grupos em disputa, conflito ou em organização agiram diante de circunstâncias heterogêneas. Os argumentos orbitam entre temas como “poder público” (do processo de “monaquização do bispado” ao combate à fome na Alta Idade Média), “cultura política” (da constituição da clausura feminina em Castela no século XIII às noções de bem comum em cidades italianas na Baixa Idade Média) e “normatização e identidade” (dos combates à simonia e realização dos concílios à formação de uma ordem religiosa).

No texto “Relações de poder, monaquismo e autoridade episcopal na Provença durante o século V”, Rossana Alves Baptista Pinheiro, para defender que houve um processo de monaquização do episcopado na região da Provença, considera que a eleição de monges à condição de bispos não foi aleatória. Ao contrário, tratou-se de uma estratégia de articulação do estado de vida ascético com a consolidação da autoridade episcopal. Para chegar a essa conclusão a autora analisou um conjunto diversificado de documentos, como hagiografias, atas de concílios e as chamadas conferências de João Cassiano (360-435) (Pinheiro, 2013, p.19-42). No texto “A ‘Economia Moral’ e o combate à fome na Alta Idade Média”, a partir da análise de três *Capitulares* carolíngias, Marcelo Cândido da Silva aponta para um progressivo processo de tomada de consciência administrativa e de governo dos reis francos. Administração e governo que não podem ser entendidos como separados das questões morais – veja-se a constante referência e determinação para a realização de missas para resolver

problemas de ordem material, como a fome ou a distribuição de alimentos. Entretanto, o que o autor aponta é que a característica moralizante nesses documentos não anula a experiência administrativa visando o “equilíbrio da sociedade” (Cândido da Silva, 2013b, p.43-74).

Esses dois artigos apontam para o entendimento de poder público como uma instância de governo na qual é constituído um grupo que, legitimado, age visando sua manutenção no poder e que comporta também aspectos que extrapolam ações personalistas. Em outras palavras, para o primeiro caso, a transformação de monges em bispos se deu, em grande medida, porque estavam entre os monges homens letrados e que souberam construir um discurso sobre si mesmos como aptos ao exercício da função hierarquicamente alta. No segundo caso, embora trate de outro tipo de poder e de governo, o autor identificou o uso de medidas amplas, como a responsabilidade de alimentar os famintos ou a necessidade de regulamentar os preços máximos para o pão, por exemplo, como um acumulativo processo de expressão de um poder e de experiência administrativa.

No dossiê publicado pela revista *Varia Historia*, em 2015, há uma reflexão que também se coaduna à tentativa aqui estabelecida de pensar o poder na Idade Média a partir da historiografia brasileira.³ Trata-se do texto de Leandro Duarte Rust. Especialista em história do papado medieval com vasta produção sobre o tema, esse historiador analisa a consolidação de Gregório VII (1020-1085, papa desde 1073 até sua morte) como um “homem monumento” pela historiografia de finais do século XIX e início do século XX. Além disso, em contrapartida à entronização de Gregório VII como “o” governante do século XI, Rust aponta que textos contemporâneos à eleição desse papa oferecem possibilidades de leitura para o entendimento da construção de epítetos para essa personagem. Dentre as análises presentes nesse artigo interessa-nos como o autor trabalhou com os documentos e identificou elementos para problematizar o poder como um território de disputa, até mesmo no âmbito narrativo. Rust analisou o texto *Ad Heinricum IV Imperatorem libri*, escrito por Benzo, bispo de Alba, morto em 1089. Concluiu que o texto de Benzo de Alba, produzido “no calor da morte de Gregório VII” (1085), gerou a redação de textos “gregorianos” para retaliar seus argumentos (casos do *Liber Ad Amicum* e da *Vita Papae Gregorii VII*). Nas disputas políticas e narrativas sobre qual Gregório venceria, Rust identificou, então, as características que foram usadas pela historiografia oitocentista para transformar aquele papa em uma espécie de monumento historiográfico da Idade Média: reformador, governante,

responsável pela centralização da Igreja no século XI; que afirmou o poder papal sobre o poder temporal etc. (Rust, 2015, p.21-51).

Com base no que foi apresentado até o momento é possível perceber que nas pesquisas realizadas por historiadores/as brasileiros/as disputas e/ou legitimações políticas são foco de análise tanto a partir de documentação normativa, como as capitulares carolíngias, quanto a partir de documentação narrativa, como os textos sobre a ascensão de Gregório VII. Em relação a este último aspecto, este artigo dialoga de modo mais próximo com dois autores: Adriana Zierer e André Miatello.

No dossiê da *Signum*, Adriana Zierer publicou um texto no qual é possível identificar como o trabalho com um texto narrativo, eminentemente político e encomendado para a promoção de uma dinastia em fase inicial de estabelecimento, a de Avis, pode assumir contornos múltiplos de leitura. Ao apresentar os pontos de partida para analisar a crônica escrita por Fernão Lopes no século XV, a autora destaca a “circunstância imediata” do texto ao atentar para “o motivo da produção de um documento numa determinada época, por quem foi encaminhado, a quem ele era destinado e com qual finalidade” (Zierer, 2015, p.102-130). Em síntese, Zierer elenca uma série de elementos que sustentam seu argumento, o qual consiste em afirmar que Fernão Lopes associa D. João I sempre com o bem e com Deus de modo a legitimar e fortalecer um grupo político. A autora trata essa dimensão política da crônica a partir de referenciais da chamada história do imaginário e do “imaginário político”. Ao destacar como as forças diabólicas e as forças cristãs foram caracterizadas e a quem elas são associadas no documento, Zierer propõe uma análise do poder a partir de símbolos atribuídos a esse poder.⁴

Além da argumentação de Adriana Zierer, é importante acrescentar a síntese proposta por Marcella Lopes Guimarães no artigo “Crônica de um gênero histórico”, publicado em 2012, na revista *Diálogos Mediterrânicos*. Para essa autora, as crônicas ibéricas dos séculos XIV e XV apresentam os seguintes traços característicos: “perspectivação do passado, Reconquista, traduções, memória de um reino e justificação narrativa, [e] poderíamos acrescentar: sucessão, tradição e verdade” (Guimarães, 2012, p.68). A autora aponta também a relação que as crônicas “tardo-medievais” estabelecem com a tradição literária cristã “retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade” (ibidem, p.70).⁵

André Miatello, que analisa outro espaço peninsular, as cidades italianas da Baixa Idade Média, propõe rumos distintos para o entendimento do político a partir de documentos narrativos. Suas reflexões sobre a atuação dos frades mendicantes nos conflitos do século XIII dão ampla importância à retórica como expressão de ideais políticos.

Em artigo publicado no dossiê da *RBH* de 2012 o autor analisa não apenas a dimensão política de fontes literárias. Analisa também tratados políticos escritos intencionalmente para tal, como é o caso da obra *Tractatus de morali principis institutione* [Sobre a instrução moral do príncipe]. Esse tratado de autoria do dominicano Vicente de Beauvais, finalizado por volta de 1263, discorre, dentre outros assuntos, sobre a origem do poder régio e a funcionalidade do ofício do rei, temas privilegiados na análise feita por Miatello. Recorte temático que circunscreve o artigo no âmbito das reflexões sobre a realeza cristã no século XIII e sobre o poder público a partir da instrução moral dos governantes (Miatello, 2012, p.225-246).

Essa abordagem está inserida em reflexões mais amplas e diversificadas que esse autor realiza sobre a relação entre bem comum/política e retórica nas cidades italianas dos séculos XIII e XIV.⁶ No artigo publicado na *Anos 90* Miatello afirma:

a compreensão histórica das expressões *bem comum* e *utilidade comum* oferece-nos a chance de superar, ou ao menos de ultrapassar, os limites das fontes eruditas, marcadamente teóricas, e considerar as fontes da prática, aí contemplados os sistemas de governo, as ações sociais de diversos atores históricos, os discursos do poder e as práticas que colocam em causa o poder, o instauram e remodelam. (Miatello, 2013b, p.182)

A partir dessa afirmação pode-se considerar que, para esse autor, há uma divisão entre as fontes teóricas – como tratados elaborados no seio das universidades, caso da obra de Boaventura de Bagnoreggio analisada pelo autor em 2010⁷ – e as fontes da prática – caso analisado pelo autor em artigo publicado na revista *Territórios & Fronteiras* em 2014. Neste último artigo, o autor fez um percurso para analisar os limites ou alcances dos sermões no contexto de atuação dos mendicantes nas cidades italianas. Para isso, considerou algumas facetas dos problemas causados e/ou enfrentados pelo surgimento desses novos sujeitos – os pregadores – em relação à atividade pastoral em âmbito urbano. Dentre essas

facetas destacam-se as características da “autoridade do ofício pastoral” e, também, “o alcance social da pregação” (Miatello, 2014, p.112-131).

É possível entender e classificar as crônicas régias, como a analisada por Adriana Zierer e a *Cronaca di Partenope* como “fontes da prática”? Considerando-as como discursos do poder (ou seja, textos que foram elaborados em ambientes palacianos e/ou sob encomenda régia) e que visavam, ao menos no caso da *Crônica de D. João I*, legitimar uma dinastia nascente, acredita-se ser possível entender a obra redigida a mando do Rei Roberto como uma “fonte da prática”.

Antes da análise do Ms. da *Cronaca di Partenope*, é necessário sistematizar algumas informações obtidas no levantamento bibliográfico até então proposto neste artigo:

1. Revistas acadêmicas de referência na historiografia brasileira, como a *Varia Historia*, a *Anos 90* e a *Territórios & Fronteiras* abriram recentemente espaços à produção historiográfica brasileira sobre a Idade Média. Essa abertura é coroada, no momento, com a proposta da *Revista Brasileira de História* e o dossiê sobre os estudos medievais no Brasil no século XXI:
 - a. Esses espaços mostram diálogos entre pesquisadores/as de distintas gerações e entre a produção nacional e a realizada fora do país;
 - b. As temáticas têm orbitado consideravelmente em torno das questões políticas.
2. Sobre as abordagens que consideram fenômenos políticos:
 - a. Há um interesse significativo em temas que tratam da dimensão política de documentos narrativos, como crônicas e hagiografias;
 - b. Há abordagens que consideram a constituição de esferas políticas em espaços bastante circunscritos, como mosteiros e ordens religiosas, ou mais amplos, como o reino dos francos e as “cidades” e “comunas” italianas;
 - c. Há uma predominância geográfica: Península Ibérica e França.
3. Os/as autores/as que publicaram textos nos dossiês aqui elencados têm produzido com frequência e em relativo conjunto: isso é influenciado e, ao mesmo tempo, consequência da ampliação dos laboratórios de pesquisa em rede, como o Laboratório de Estudos Medievais,

ou das redes de pesquisa, como a Rede Latino-Americana de Estudos Medievais recentemente fundada. Neste aspecto, autores como André Miatello, Andréia Frazão, Cláudia Bovo, Leandro Duarte Rust, Marcelo Cândido da Silva, Maria Filomena Coelho e Néri de Barros Almeida são nomes recorrentes nos dossiês sobre história medieval publicados no Brasil recentemente.⁸

A partir dessas constatações consideramos que, para o estudo pretendido, a historiografia brasileira aqui citada contribui significativamente para endossar a análise da *Cronaca di Partenope* como um documento narrativo/literário visando suas características e motivações políticas. Sendo assim, está no horizonte deste texto atentar para as questões intra e extratextuais, identificar categorias que possam ser analisadas e explicar a construção de um problema de pesquisa e, principalmente, atentar para a expressão de um governo pretendido a partir de um texto. No entanto, em termos cronológico-espaciais, apenas as abordagens realizadas por André Miatello aproximam-se do objeto de estudo nesta pesquisa. Há, nesse caso, uma diferença significativa em termos de fenômenos políticos observados/observáveis: as conturbações políticas e urbanas ao Norte da Península Itálica são significativamente distintas dos processos históricos identificados ao Sul da Península. Desta forma cabe repetir a pergunta: “Em que este estudo pode contribuir para os estudos medievais no Brasil?”. De início, é possível responder afirmando que este estudo joga luzes sobre uma região pouco estudada entre historiadores/as brasileiros/as. Mas a presente proposta visa ir além da resposta pelo argumento da “lacuna”.

A *CRONACA DI PARTENOPE* E O ACESSO DIGITAL A TEXTOS DO PERÍODO MEDIEVAL

Retornando às breves informações fornecidas até o momento sobre o documento, é possível identificar seu autor, sua época de composição e, a partir dos estudos de Samantha Kelly (2011), traçar a fortuna manuscrita da *Cronaca di Partenope*. Sobre Bartholomeo Caracciolo-Carafa, Kelly sintetiza: trata-se de um oficial do rei e filho de um oficial do rei; também desfrutava de importância política e eclesiástica por causa da participação de sua família nos processos decisórios da comunidade de Nápoles. Essa autora também destaca que Bartholomeo lia textos em latim e traduzia-os para incorporá-los na *Cronaca*. Além disso, tratava-se de pessoa mais familiarizada com

hagiografias e textos litúrgicos locais do que com textos clássicos da Antiguidade (Kelly, 2011, p.26 e 75).

Sobre a fortuna manuscrita da obra a autora nos informa que é possível encontrar o texto (ou fragmentos dele) em pelo menos 12 cópias e algumas adaptações manuscritas a partir das mais antigas, assim como para as primeiras edições impressas da obra (século XVI, principalmente). O Manuscrito mais antigo é o da Biblioteca central da região siciliana (Palermo, I D 14), copiado por volta de 1400 em pergaminho. Trata-se de um manuscrito que contém apenas o texto da *Cronaca*. Na Biblioteca Nacional da França existem ao menos três manuscritos da obra que, por ordem cronológica de cópias, são identificados como “italien 304”, “italien 301”, e o “italien 303”, ou, como propõe Samantha Kelly, P₁, P₂, P₃, respectivamente.⁹ Todas essas cópias são em papel e foram realizadas entre o início do século XV e o final do século XVI. Também existem manuscritos nos Estados Unidos (2), e os demais estão espalhados em bibliotecas e arquivos italianos (Florença, Módena, Nápoles e Vaticano) (Kelly, 2011, p.103-125).

O manuscrito aqui analisado (P₂) apresenta as seguintes características: está disponível *on-line* no portal Gallica da Biblioteca Nacional da França, conforme já indicado. É composto por um total de 161 folhas de 295 x 220 mm. Foi copiado em Nápoles por Bernardinos de Turrice¹⁰ e está dividido em duas colunas e em letra cursiva. O códice é composto pela *Cronaca* (1r-24v) e outros quatro textos, os quais não são analisados nesta pesquisa.

O acesso digital ao manuscrito é, sem dúvida, uma das características que marca a pesquisa em história medieval (não apenas no Brasil) no século XXI. Praticamente todas as bibliotecas nacionais – com aportes constantes de financiamento para tal – têm investido em projetos de digitalização de seus acervos, principalmente dos fundos mais antigos.¹¹ Esse tipo de acesso impõe obrigatoriamente um conjunto de reflexões que extrapolam o entendimento contemporâneo de texto na medida em que, para o período medieval, várias fases do processo de composição (elaboração do discurso, *mise en page*, desenvolvimento dos procedimentos de abreviaturas, indexação, *pecia*, cópias e decoração), a finalização do objeto material rolo/códice/“livro”, sua circulação e suas funções são absolutamente diferentes.

Pierre Chastang (2012, p.238) propõe, até mesmo, o uso da expressão “textualidade medieval”. Essa expressão deve fazer o pesquisador atentar para a documentação em suas distintas dimensões: antropológica, sócio-histórica e de cultura escrita. Nessas dimensões são considerados aspectos como a

disposição das informações no suporte, os motivos que geraram a produção e cópia de determinada informação e seu potencial de enunciação em determinada época. Jacqueline Cerquiglino-Toulet também problematiza a leitura que se pode fazer, no século XXI, dos documentos medievais a partir da noção contemporânea de texto. Sua pergunta motora é relativamente simples em relação à formulação, mas de compreensão e resposta complexas: como localizar um texto na cultura manuscrita que faz com que cada códice seja único? (2014, p.151-160).

No artigo já citado de Andréia Frazão (2015), a autora alerta que não necessariamente uma pesquisa realizada a partir da leitura em cópias manuscritas resulta em uma pesquisa de qualidade superior à que se baseia em edições críticas/comentadas e fruto de trabalhos que exigem anos de preparação e pesquisa. Em recente conferência, o filólogo italiano Giovanni Paolo Maggioni questionou se o trabalho e o tempo necessários para se investir em edições, como a que já publicou sobre a *Legenda áurea*, ou como a que propõe Samantha Kelly para a *Cronaca*, não deveriam ser direcionados a outras investigações (Maggioni, 2015). Em síntese, essas reflexões apontam para caminhos múltiplos em relação à pesquisa com documentos medievais no século XXI: a ampliação do acesso é, sem dúvidas, um mérito sem precedentes. Porém, a qualificação necessária para tal é fruto de investimentos que são necessários na base da formação.

Quando se fala em “qualificação necessária” trata-se de oferecimento e acompanhamento em formações específicas em paleografia (as abreviaturas, o processo de elaboração e preparação material da pele como suporte para a escrita, extração dos pigmentos, transformações na grafia das letras etc.), em latim (lembrando que a maioria dos cursos de latim oferecidos nas universidades brasileiras é de latim clássico, não necessariamente o mesmo que se verifica nos documentos medievais) e no domínio dos recursos tecnológicos. Sendo assim, uma das contribuições que este artigo pretende oferecer nas reflexões sobre os estudos medievais no Brasil no século XXI está relacionada ao estímulo à formação técnica dos/as pesquisadores/as para a realização de pesquisas com maior eficácia diante dos desafios e vantagens que a tecnologia tem proporcionado.

A CRONACA DI PARTENOPE E O SUL DA ITÁLIA ENTRE OS SÉCULOS XIII E XIV

E primo de la sua orige[n] et pr[in]cipio de la i[m]positio[n]e de lo nome i[n] lo t[em]po de Solone philosopho de Athene et de Dragone de Lacedemonia (P₂ 1r)

As palavras escolhidas como epígrafe deste item são as que dão início à *Cronaca* no P₂. O propósito é explicar a origem da imposição do nome à região:

Dalo quale havuta resposta fo consiglyato che recercheno pa[r]tenope: et in q[ue]llo loco se fo[r]massero li loro habitazioni: in p[er]cio che de loro medesimo se multipliaria la cita da bene in meglio et che sera m[u]lto honorata in tra laltre cita famosissi[m]e: la qual cosa fo fa[c]ta ma no[n] [com]munam[e]nte...Ma uma gran pa[r]te de Ge[n]tili ho[m]ini et de signiuri co[m] loro cose mobile si ce[r]carono pa[r]tenope et ali [sic] la com[m]ecarono ad edificare[m]ciascuno secu[n]do sua pote[n]tia et stato de sua [con]ditione[m]. (P₂.1v/2r)

Partenope surge, então, como revelação do oráculo de Apolo como um local para o desenvolvimento de uma comunidade dos Cumas assolada por sucessivas pragas. Ao identificarem o local, os Cumas, cada um com suas condições e com seus “bens móveis”, começaram a edificar a cidade de Partenope. A *Cronaca* também informa que o nome Partenope está relacionado ao nome de uma virgem, filha do rei da Sicília. Com o tempo, os habitantes da cidade começaram a brigar entre si e um jovem cavaleiro, *Tiberius Julius Tarus*, pacificou a região e nela erigiu uma nova cidade, chamada *Neapolis* – em grego; em latim: cidade nova.¹² Bartholomeo Caracciolo-Carafa dedica boa parte do início da *Cronaca* para explicar como, progressivamente, o nome *Partenope* foi sendo substituído por *Neapoli* e sobre como esse território foi alvo de disputas com cavaleiros de Benevento, Nola e Roma (P₂.3r/3v).

Segundo Samantha Kelly, a *Cronaca* pode ser dividida em quatro partes: I – sobre a relação do lugar (Nápoles) com os primeiros gregos; II – sobre os lordes do Sul da Península e da Sicília sob domínio Normando e, posteriormente, dos Staufen e também dos Angevinos até a ascensão da Rainha Joanna I, em 1343; III (que é subdividida em duas partes) – uma perspectiva mais cronológica, do século VIII ao XIV, e uma história universal até 1296; IV – “Anedotas” ou “Crônica Angevina tardia”, que compreendem os reinados de Charles II (rei entre 1285 e 1309) e de Roberto de Nápoles (rei entre 1309 e

1343). Kelly destaca ainda que essas quatro partes não foram compiladas ao mesmo tempo e nem pela mesma pessoa. A autora alerta, ainda, para a possibilidade de elas sequer terem circulado juntas. Além disso, informa que a parte IV circulou em duas versões no século XIV: uma, com 75 capítulos; outra, com 96. A *Cronaca* teria sido completada por volta de 1382 (2011, p.11-26).

Bartholomeo Caracciolo-Carafa informa suas referências, principalmente para escrever sobre tempos longínquos: nomes como Virgílio, Ovídio e Tito Lívio são recorrentes e predominam na primeira parte identificada por Samantha Kelly. Referências a outros autores, no entanto, não ocupam o mesmo espaço quando se trata do presente do autor.

Para manter o diálogo proposto com a historiografia brasileira citada anteriormente, o recorte de análise da *Cronaca* recairá sobre aspectos que abordam mais o período próximo entre redação-presente do autor. A *Cronaca* pode ser considerada uma narrativa que engloba elementos ficcionais para servir à verdade pretendida pelo autor? Também pode ser considerada como um texto de legitimação de uma dinastia, como a *Crônica de D. João I*? A *Cronaca* é um documento que permite discutir questões relacionadas ao *bem comum*?

A ASCENSÃO DE ROBERTO DE NÁPOLES AO TRONO E NARRATIVA SOBRE O “PRESENTE DO AUTOR”

Li quale Re Ca[r]lo [secundo] succede El Re Robe[r]to et visse nel domínio an[n]i XXXIII et misi VIII et di XV. Li q[ua]le mori ad napuli et fo sepellito ne la [ecclesia] de [sancta] Chiara de napuli da l'o[r]dene de la domenica i[n]ca[r]natio[n]e MCCCXLIII del io[r]no de domenica Inst XI i[n] nel an[n]o de sua ea LXVIII. (P₂ 24r)

Esta passagem trata da ascensão de Roberto após a morte de Carlos II. Seguindo a numeração dos “capítulos” da *Cronaca* na edição de Samantha Kelly, trata-se do penúltimo capítulo (74). É preciso considerar que o conteúdo da *Cronaca* está disposto entre os fôlios 1r e 24v e que o passado mais próximo do autor, entendido aqui como os anos transcorridos do século XIV, começa em 24r. Além disso, a *Cronaca* foi uma obra encomendada pelo rei Luís I de Nápoles. É legítimo perguntar: qual o interesse do rei sobre o passado mais longínquo (distante no tempo de seu reinado)? Não sendo possível afirmar que a encomenda do rei foi feita nesses moldes, quais motivos levaram Bartholomeo Caracciolo-Carafa a escrever a *Cronaca* dessa forma?

A hipótese com a qual se trabalha nesta pesquisa é que na *Cronaca* há uma tentativa de aproximar o tempo presente às referências mais antigas. Talvez isso explique o porquê da inserção das passagens sobre as chegadas dos primeiros gregos, da modificação do nome da cidade velha para a cidade nova etc. Em outras palavras: abordar mais o passado que o presente serviria como uma retórica de poder¹³ para o rei Luís I, afastando informações sobre reis mais próximos no tempo, como Carlos II e Roberto de Nápoles.

Essa hipótese orienta a leitura da *Cronaca* pelas ausências. Ou seja: se não há quase nada sobre os reis imediatamente anteriores e, muito menos, do próprio reinado de Luís I, como entender essa crônica como um instrumento para entendimento do presente do autor?

Jean-Paul Boyer (1995, 1998, 2000) e Samantha Kelly (2003 e 2005) oferecem um conjunto de reflexões sobre os sermões do rei Roberto entre 1309-1343 para além de decisões administrativas. Boyer enfatiza a atuação não apenas do rei, mas também de funcionários com cargos importantes no reino (Boyer, 2005, p.47-82). Em outros termos, esses autores identificam a atuação política desse rei em manifestações literárias, como os sermões.¹⁴

Um indício sobre essa característica do reinado de Roberto de Nápoles pode ser lido no último “capítulo” da *Cronaca*. Trata-se da passagem que ocupa as três últimas linhas de 24r, a primeira coluna e a metade da segunda coluna de 24v:

Fo el Re Rob[er]to el piu savio ho[mo] i[n] sapie[n]tia che fosse i[n] terra da la ip[s]o da Salamone: fo strenuissi[m]o i[n] arme de la sua juve[n]tude e mostrolo ta[n]to nel Renne qua[n]to in Cicilia, Tuscana, Genua. E dove fo i[n] i[n]vaduto lo Renne per i[n]p[re]ssure[m] de i[m]p[er]atori e si se repro i[n] tal manera che se esse [sic] se[n]za da[m]pno. Fece far[e] i[n] suo t[em]po molta [ecclesia] i[n]ter le quale fo f[ac]ta la [ecclesia] de [sancta] chiara de napuli e fece far[e] lo Castello de [sancto] heramo e la cappella laquale e i[n] Castello novo excelle[n]te pe[n]ta e lo Arzelano de napuli, et augme[n]to culto divino i[n] so t[em]po. Et aume[n]to li re[n]diti et le tabelle del Renne... (P₂ 24v e 24r)

Nesta passagem o autor da *Cronaca* atribui ao reinado de Roberto algumas características que extrapolam as datas presentes no início da narrativa sobre a sucessão do rei Carlos II. Roberto teria sido o homem mais sábio que existiu desde o início dos tempos (remetendo à origem de Partenope). No seu governo foram construídas igrejas, como a de Santa Clara em Nápoles, e,

também, o Castelo de São Heramo. Foi também protagonista de investidas militares ao norte da península e aumentou os quadros de funcionários do reino. Nesse aspecto, embora trate a sabedoria do Rei Roberto no superlativo, os feitos não são necessariamente preenchidos ou ornados com elementos ficcionais. Não para o presente próximo.

A *Cronaca* (P_2) é encerrada com uma lista de nomes de nobres e de pessoas que compuseram o rol de honoráveis no reino, aí incluído Tomás de Aquino, morto em 1274 e canonizado em 1323, portanto, durante o reinado de Roberto. Além disso, é na passagem seguinte à da citação que o *explicit se* encontra. Nele estão as informações sobre a encomenda – que resultou na escrita da *Cronaca* – feita a Bartholomeo Caracciolo-Carafa por Luís I de Nápoles, rei entre 1382 e 1384.

Mas, além de esmaecer os feitos dos reis do passado próximo, Bartholomeo Caracciolo-Carafa pode também ter lançado mão de uma retórica que não era estranha em seu tempo. Por exemplo, poucos anos antes do fim do século XIII, o dominicano arcebispo genovês Iacopo da Varazze, além de ter escrito uma *Crônica sobre a cidade de Gênova*, finalizava sua obra mais célebre, a *Legenda aurea*. Embora não seja o foco central neste artigo, considera-se que é possível ler a *Cronaca di Partenope* a partir do que Iacopo da Varazze escreveu no capítulo *De Sancto Pelagio papa*, o penúltimo de seu legendário. Diferentemente do que escreveu nas outras narrativas da *Legenda aurea*, o capítulo não aborda os feitos em vida e milagres do papa Pelágio, pontífice no início do cristianismo. Ao contrário, o dominicano escreve uma espécie de história da ocupação da península itálica do século VI ao XIII, com especial atenção para a região da Lombardia. E, talvez seguindo uma espécie de proporção em relação aos demais capítulos de sua obra – na qual constam apenas quatro capítulos sobre santos do século XIII –, Iacopo da Varazze trata do seu tempo em poucas linhas ao final do capítulo (Mula, 2001, p.75-95).

Essa perspectiva (de abordar mais o passado longínquo que o passado próximo) abre um amplo caminho para as problematizações cada vez mais realizadas sobre a escrita da história na Idade Média. Além disso, também torna legítima a inserção da *Cronaca* em discussões contemporâneas sobre a noção de autoria na Idade Média (D'Angelo; Ziolkowski, 2014): tanto por considerar que há, no texto, uma preocupação em referenciar textos anteriores, como Virgílio e Tito Lívio, como para não necessariamente recorrer a documentos ou referências “oficiais” como recursos de autoridade para atestar a veracidade daquilo que o próprio Bartholomeu Caracciolo-Carafa escreveu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo propor uma reflexão sobre o tratamento dado pela historiografia brasileira a questões relacionadas ao poder e à política na Idade Média. O percurso aqui apresentado e analisado consistiu em um recorte preciso em dossiês temáticos publicados em periódicos de referência na área de história entre 2012 e 2015. As revistas brasileiras abriram considerável espaço aos estudos medievais, o que é um passo importante para o estímulo à produção nacional sobre o período tradicionalmente enquadrado entre os séculos V e XV. Dentre os dossiês analisados e do total de 19 artigos publicados por historiadores/as brasileiros/as alguns temas foram pinçados, como: o poder público e a(s) autoridade(s) políticas em diferentes períodos e regiões do Ocidente, a literalização de formas de governo em tratados de retórica e a legitimação de dinastias a partir de textos literários. Além disso, mesmo não tendo sido classificado no recorte proposto para os periódicos analisados, o texto de Marcella Lopes Guimarães aponta para características importantes no trato das crônicas medievais e, principalmente, trata-se de referência no que tange ao entendimento sobre como esse tipo de documento tem sido amplamente utilizado em pesquisas realizadas no Brasil, ao menos para o caso português.

A partir dessas referências elaborou-se uma proposta que consistiu em dialogar com essa historiografia e tentar estabelecer uma reflexão mais ampla sobre como os/as medievalistas brasileiros/as têm construído seus objetos de estudo. O diálogo foi encaminhado a partir de uma proposta de análise de uma crônica escrita nas décadas finais do século XIV, a *Cronaca di Partenope*, de Bartholomeo Caracciolo-Carafa, obra encomendada pelo rei Luís I de Nápoles.

Para propor essa reflexão utilizou-se uma cópia digitalizada do manuscrito, aqui codificado como P₂. Em um dos itens do artigo foi problematizada a questão do acesso digital à documentação do período medieval e a necessidade de treinamento técnico e aprimoramento das formas de leitura imposta àqueles que se aventuram por essas searas. É importante ressaltar que essa não é uma característica apenas da produção brasileira, como é possível notar nas reflexões de Pierre Chastang citadas neste texto.

Ao final do artigo é possível concluir que a *Cronaca di Partenope* não foi elaborada para legitimar um rei a partir de sua associação com modelos cristãos (bons) em oposição aos reis anteriores (associados a modelos maus). Porém, considerando a leitura feita por Adriana Zierer sobre a *Crônica de D. João I* e também o que elencou Andréia Frazão, como procedimentos para a leitura

de documentos medievais, a escolha de categorias para análise interna na *Cronaca di Partenope* revelou-se profícua para entender as formas de entrelaçamento do passado longínquo com o passado próximo.

Em relação a uma das perguntas também feitas neste artigo (“qual a contribuição da presente pesquisa para os estudos medievais no Brasil?”) é possível responder afirmando que abordar o reino de Nápoles, entre os séculos XIII e XIV, oferece uma oportunidade ímpar para dialogar com os estudos realizados por André Miatello, por exemplo. Esse historiador dedica grande parte de sua trajetória à análise de fenômenos urbanos e políticos nas cidades ao Norte da Península Itálica. Fenômenos esses, como a questão das autonomias político-jurídicas e as manifestações retóricas sobre distintas formas de governo, que são sensivelmente diferentes dos observáveis ao Sul. Ainda sobre esse aspecto, é fato que o recorte geográfico – Nápoles – limita o diálogo mais específico com a historiografia brasileira na medida em que se trata de região não estudada no país até então. Neste aspecto, o que se pode considerar como um dos méritos da presente pesquisa é, também, um de seus problemas: a dificuldade de diálogos mais próximos.

Além disso, como apontado no último tópico do texto, o processo de escrita da *Cronaca* – revelado aqui pelas referências citadas pelo autor – e a forma como o próprio Bartholomeo Caracciolo-Carafa trata tanto o passado longínquo quanto os acontecimentos próximos ao seu tempo revelam grande potencial desse documento para o diálogo com propostas candentes na historiografia contemporânea, não apenas brasileira, como a noção de autoria para textos do período medieval.

É válido lembrar que o Reino de Nápoles foi uma instituição constante na conturbada história política da Itália, permanecendo como uma unidade administrativa até 1860. A história dessa região, que se mistura com a da Sicília, foi marcada pela constante tensão entre o mundo ocidental, o mundo bizantino e o mundo árabe; entre o papa, com os territórios do “patrimônio de São Pedro”, e a monarquia que se formava cada vez mais “secular”; entre as disputas dos Staufen, os Aragoneses e os Angevinos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Néri de Barros. A Idade Média entre o “poder público” e a “centralização política”: itinerários de uma construção historiográfica. *Varia Historia*, Belo

- Horizonte, v.26, n.43, p.49-70, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v26n43/v26n43a04.pdf>; Acesso em: dez. 2015.
- ALMEIDA, Néri de Barros. CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. Le Moyen Âge et la nouvelle histoire politique au Brésil. *Mélanges de l'École Française de Rome – Moyen Âge*, v.126, n.2, 2014. (s.n.p.). Disponível em: <http://mefrm.revues.org/2070>; Acesso em: set. 2015.
- BOYER, Jean-Paul. La noblesse dans les sermons des dominicains de Naples (première moitié du XIVe siècle). In: COULET, Noël; MATZ, Jean-Marie (Dir.) *La noblesse dans les territoires angevins à la fin du Moyen Âge*. Roma: Ecole française de Rome, 2000. p.567-583.
- _____. Parler du roi et pour le roi. Deux “sermons” de Barthélemy de Capoue, logothète du royaume de Sicile. *Revue des Sciences philosophiques et théologiques*, Paris: Province dominicaine de France, n.79, fasc. 2, p.193-248, 1995.
- _____. Prédication et Etat napolitain dans la première moitié du XIVe siècle. In: L'ETAT ANGEVIN: pouvoir, culture et société entre XIIIe et XIV siècle. Roma: Ecole française de Rome, 1998. p.127-157.
- _____. Sapientis est ordinare. La monarchie de Sicile-Naples et Thomas d'Aquin (de Charles Ier à Robert). In: MATZ, Jean-Marie (Dir.) *Formation intellectuelle et culture du clergé dans les territoires angevins (milieu du XIIIe-fin du XVe siècle)*. Roma: École française de Rome, 2005. p.277-312.
- _____. Une théologie du droit. les sermons juridiques du roi Robert de Naples et de Barthélemy de Capoue. In: AUTRAND, Françoise; GAUVARD, Claude; MOEGLIN, Jean-Marie (Dir.) *Saint-Denis et la royauté: Etudes offertes à Bernard Guenée*. Paris: Sorbonne, 1999. p.647-659.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. A “Economia Moral” e o combate à fome na Alta Idade Média. *Anos 90: O Universo normativo e relações de poder na Idade Média – doutrinas, regras, leis e resoluções de conflitos entre os séculos V e XV*, Porto Alegre, v.20, n.38, p.42-74, dez. 2013b. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/40767/27967>; Acesso em: dez. 2015.
- _____. A Idade Média e a Nova História Política. *Signum – Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais*, v.14, n.1, p.92-102, 2013a. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistasignum/index.php/revistasignumn11/article/view/96/98>; Acesso em: set. 2015.
- _____. O “público” e o “privado” nos textos jurídicos francos. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.26, n.43, p.29-48, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v26n43/v26n43a03.pdf>; Acesso em: dez. 2015.
- CERQUIGLINI-TOULET, Jacqueline. Conceiving the Text in the Middle Ages. In: BLOCH, R. Howard.; CALHOUN, Alison; CERQUIGLINI-TOULET, Jacqueline; KÜPPER, Joachim; PATTERSON, Jeanette (Org.) *Rethinking the New Medievalism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014. p.151-160.

- CHASTANG, Pierre. Le texte médiéval et l'hypertexte. Éditer des documents du Moyen Âge au XXI^e siècle. In: MÉHU, Didier; ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Marcelo Cândido da (Org.) *Pourquoi étudier le Moyen Âge?* Les médiévistes face aux usages sociaux du passé. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012. p.233-251.
- D'ANGELO, Edoardo; ZIOLKOWSKI, Jan (Org.) *Auctor et auctoritas in latinis medii aevi litteris*: Proceedings of the VIth Congress of the International Medieval Latin Committee (Benevento-Naples, 9-13 nov. 2010). Florence: Sismel, 2014.
- FRAZÃO DA SILVA, Andréia Cristina L. Uma proposta de leitura histórica de fontes textuais em pesquisas qualitativas. *Signum*, v.16, n.1, p.131-153, 2015. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistasignum/index.php/revistasignumn11/article/view/175> ; Acesso em: dez. 2015.
- GRÉVIN, Benoît. *Rhétorique du pouvoir médiéval: les Lettres de Pierre de la Vigne et la formation du langage politique européen (XII^e-XV^e siècle)*. Roma: École Française de Rome, 2008.
- GUIMARÃES, Marcella L. Crônica de um gênero histórico. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, Curitiba, n.2, p.67-78, 2012. Disponível em: <http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/23/65>; Acesso em: mar. 2016.
- KELLY, Samantha. *The Cronaca Di Partenope: An introduction to and Critical Edition of the First Vernacular History of Naples (c.1350)*. Leiden: Brill, 2011.
- _____. Justice in the Sermon of Robert of Naples (1309-1343). In: BOYER, Jean-Paul; MAILLOUX, Anne; VERDON, Laure (Dir.) *La Justice Temporelle dans les territoires angevins*. Roma: École française de Rome, 2005. p.31-45.
- _____. *The New Solomon: Robert of Naples (1309-1343) and Fourteenth Century Kingship*. Leiden: Brill, 2003.
- MAGGIONI, Giovanni Paolo. L'agiografia in un sistema di comunicazione medievale: questioni filologiche (e non solo) sulla *Leggenda aurea*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HAGIOGRAFIA MEDIEVAL, 2. Conferência de encerramento. Porto Alegre, 16 out. 2015. Impresso (texto inédito, distribuído aos participantes do evento).
- MIATELLO, André Luís P. O pregador e a sociedade local: a luta pelo poder pastoral no seio das cidades da Baixa Idade Média ocidental (séc. XIII-XIV). *Territórios & Fronteiras – As Faces do monaquismo ocidental*, Cuiabá, v.7, n.2, p.112-131, jul./dez. 2014.
- _____. O rei e o reino sob o olhar do pregador: Vicente de Beauvais e a realeza no século XIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.32, n.63, p.225-246, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/11.pdf>; Acesso em: dez. 2015.
- _____. Relações de poder e bem comum na Baixa Idade Média italiana (séc.XIII-XIV). *Anos 90: O Universo normativo e relações de poder na Idade Média – doutrinas, regras, leis e resoluções de conflitos entre os séculos V e XV*, Porto Alegre,

- v.20, n.38, p.181-217, dez. 2013b. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/40767/27967>; Acesso em: dez. 2015.
- MIATELLO, André Luís P. *Santos e Pregadores nas cidades medievais italianas: Retórica cívica e hagiografia*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013a.
- MULA, Stefano. L'histoire des lombards: son rôle et son importance dans la *Legenda aurea*. In: FLEITH, Barbara; MORENZONI, Franco (Org.) *De la sainteté a l'hagiographie: genèse et usage de la Légende dorée*. Genebra: Droz, 2001. p.75-95.
- PINHEIRO, Rossana Alves B. Relações de poder, monaquismo e autoridade episcopal na Provença durante o século V. *Anos 90: O Universo normativo e relações de poder na Idade Média – doutrinas, regras, leis e resoluções de conflitos entre os séculos V e XV*, Porto Alegre, v.20, n.38, p.19-42, dez. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/40709/27966>; Acesso em: dez. 2015.
- RUST, Leandro Duarte. Inventando Gregório VII: Os *Ad Heinricum IV Imperatorem libri VII* e a busca pela medida do passado. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.31, n.55, p.21-51, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n55/0104-8775-vh-31-55-00021.pdf>; Acesso em: dez. 2015.
- ZIERER, Adriana Maria de S. Forças diabólicas e cristãs: confronto e poder na crônica de D. João I, de Fernão Lopes. *Signum*, vol.16, n.1, p.131-153, 2015. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistasignum/index.php/revistasignumn11/article/view/173/149>; Acesso em: dez. 2015.

NOTAS

¹ Cândido da Silva em outro artigo faz menção aos questionamentos que a própria noção de “fontes” passou a ter a partir da renovação do olhar sobre o político. Cf. CÂNDIDO DA SILVA, 2013a, p.92-102.

² Paris, BNF, Ms. Italien 301. 161f. Cópia datada entre 1470-1480. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8438680g.r=cronaca%20di%20partenope>; Acesso em: dez. 2015. Para esta pesquisa também foi utilizada a primeira edição crítica do texto, em KELLY, 2011.

³ Nesta mesma revista, em 2010, foi publicado o dossiê *História Medieval: fontes e historiografia*. O dossiê é composto por cinco artigos, três dos quais de autoria de historiadores brasileiros e dois estrangeiros. Desse dossiê destacam-se os textos: CÂNDIDO DA SILVA, 2010, p.29-48, e ALMEIDA, 2010, p.49-70.

⁴ Fernão Lopes é personagem bastante estudado na historiografia brasileira. Certamente, a quantidade de estudos está relacionada à sua circulação e atuação junto às cortes portuguesas, pois “exerceu as funções de escrivão, tabelião, cronista e guarda-mor da Torre do

Tombo”. Mas não apenas os textos de Fernão Lopes. Conferir o levantamento feito em: GUIMARÃES, 2012, p.67-78.

⁵ Embora a autora trate de características gerais das crônicas tardo-medievais, com atenção ao estudo da história portuguesa, o que predomina em sua análise é como pesquisas realizadas com esse tipo de documento aparecem em eventos da Associação Brasileira de Estudos Medievais, no banco de teses e dissertações da Capes.

⁶ Tema de sua tese de doutorado, defendida na USP em 2010, por exemplo (MIATELLO, 2013a).

⁷ Conforme a nota anterior.

⁸ Basta um levantamento básico no sumário dos dossiês aqui elencados, por exemplo.

⁹ Usaremos esta nomenclatura nas referências ao manuscrito: P₂ e o respectivo fólio.

¹⁰ Como indica o colôfão P₂.161v (em latim): “*Libe riste inceptus fuit die XV Januarii p[er] me Bernadinum de Turicella de capitulo tunc temporis cancellarium M[agnifi]ci d[omi]ni Thomasii de Chiavellis de Fabriano, expletus v[er]o die XVII martii currente milleno CCCCLXXVIII in Villa Brende comitatus Sena[rum]...*” (Os colchetes indicam a ocorrência de abreviaturas no manuscrito).

¹¹ Aliás, a Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, dispõe gratuitamente *on-line* na BNDigital os documentos do período medieval dos quais tem a custódia. Cf. <http://bndigital.bn.br/>.

¹² P₂ 2v: “*Et da po ip[s]o e tucti l'altri la chiamo napolis i[n] grec[c]o che in latino vol dire cita nova*”.

¹³ A noção de “retórica do poder” é tomada de empréstimo da tese de Benoît Grévin (2008). Ao analisar o “estilo das *Cartas*” de Pierre de la Vigne (1190-1249) o autor defendeu que entre 1150 e 1350 surgiu uma “linguagem política” (institucional e cultural) própria na Europa. Embora o autor privilegie as chancelarias pontifícias e laicas, e não necessariamente narrativas, como a *Cronaca*, acredita-se que também entre documentos desse tipo é possível identificar o uso político da crônica.

¹⁴ “Les Angevins ochestrèrent directement et sur une vaste échelle l'utilisation du sermon à leur avantage. Quelques indices confirment ce sentiment. Nous les voyons rechercher, depuis Charles II, les indulgences papales pour ceux qui assaient à des sermons em leur présence. Ils n'hésitèrent pas à 'subventionner' des prédicateurs pour exercer cet office à leur profit: Jeanne agit ainsi, em 1349. L'ambition de tant d'efforts était une vie publique étroitement associée à la prédication. L'expression la plus évidente de cette volonté venait, toutefois, des sermons de Barthélemy de Capoue et de Robert eux-mêmes” (BOYER, 1998, p.137). O que Jean-Paul Boyer afirma é que os angevinos usaram da palavra a seu favor também em termos políticos. E, para isso, os próprios funcionários do rei ou o próprio rei pregaram fazendo uma “autopropaganda”.

Artigo recebido em 31 de janeiro de 2016. Aprovado em 29 de fevereiro de 2016.